



Disponibilizado no D.E.: 09/06/2025
Prazo do edital: 25/06/2025

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AVENIDA RIO BRANCO, 243, ANEXO II, 7º ANDAR - Bairro: CENTRO - CEP: 20040-009 - Fone: (21)3218-8264 -
Email: 26vf@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0014072-23.2000.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

EXECUTADO: TELE BIT ELETRONICA LTDA

EXECUTADO: RAIMUNDO DE SOUZA CUNHA (ESPÓLIO)

EDITAL Nº 510016272530

EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraído dos autos da Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, processo nº **0014072-23.2000.4.02.5101**, movida por FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP contra TELE BIT ELETRÔNICA LTDA e RAIMUNDO DE SOUZA CUNHA, na forma abaixo:

A DOUTORA FRANA ELIZABETH MENDES, JUÍZA TITULAR DA 26ª VARA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES:

FAZ SABER aos que o presente Edital de Leilão e Intimação, com prazo de 10 (dez) dias, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a TELE BIT ELETRÔNICA LTDA e RAIMUNDO DE SOUZA CUNHA, que no próximo dia **14 de JULHO de 2025, às 13:00 horas**, no site do leiloeiro, www.marioricart.lél.br, pelo Leiloeiro Público Oficial MARIO MILTON BITTENCOURT RICART, inscrito na Junta Comercial sob o nº 082, será apregoado e vendido de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, a quem maior lance oferecer acima da avaliação, o bem penhorado objeto da lide e caso não haja licitante, fica desde já designado o dia **16 de JULHO de 2025**, no mesmo horário e local para a realização do segundo Leilão, quando então a venda será feita a quem maior lance oferecer, acima de 50% da avaliação na forma do art. 891 § único, do CPC, o **imóvel registrado no 1º RGI da Comarca de Diadema - SP, matrícula nº 37439, descrito e avaliado no evento 598: Imóvel – Rua Padre Marcelino Champagnat nº 76 – Vila Eliane – Diadema – SP. CEP: 09910-110. Categoria – Imóvel Urbano Residencial (sobrado).** Documentação Consultada – Certidão de Valor Venal do imóvel – IPTU inscrição nº 41.009.047-00 na Prefeitura Municipal de Diadema - SP. Localização – A região de localização do imóvel é em bairro da região central, que faz divisa com a Cidade de São Paulo, dotado de toda infraestrutura urbana, apresentando ocupação basicamente composta por residências e comércio local. Situa-se bem próximo às principais vias de acesso que ligam a região Central do Município à zona Sul da Capital. Descrição do Imóvel - O imóvel residencial, do tipo sobrado, possui área construída de 229,30m² e está edificado no terreno de 258,60m². A residência é composta por: No térreo: cozinha, copa, 2 cômodos, garagem e quintal. No pavimento superior: três dormitórios, dois banheiros e sala. A construção se apresenta em estado regular de conservação, sendo que sua idade aparente é de 40 anos. Para efeito de avaliação será considerada a área construída de 229,30m², que é a unidade adotada pelo mercado imobiliário. Avaliação em R\$ 854.000,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil reais). SP, 10/10/2024. Conforme certidão emitida pelo 1º RGI da Comarca de Diadema - SP,



Disponibilizado no D.E.: 09/06/2025
Prazo do edital: 25/06/2025

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

do imóvel inscrito na matrícula nº 37439: Imóvel – Um prédio sob o nº 62 (atual 76) da Rua Marcelino Champagnat, e o seu respectivo terreno, situados neste distrito, município e comarca consistente de parte dos lotes 6 e 7 da quadra 2 da “Vila Eliane”, no sítio Pitangueiras, medindo 13,40m de frente para a citada via pública; 19,30m mais ou menos, da frente aos fundos, do lado direito de quem da rua olha para o terreno, onde confina com o remanescente do lote nº 06; 19,30m do lado esquerdo, confinando com o remanescente do lote nº 7, tendo na linha dos fundos a mesma medida da frente, onde confina com propriedade de Faustina Doll de Moraes ou sucessores, encerrando uma área de 258,60m²; terreno esse localizado a mais ou menos 77,10m do alinhamento da Estrada Cupecê, lado direito de quem desta Estrada vem em direção à Rua Padre Manoel Vieira. Proprietários: RAIMUNDO DE SOUZA CUNHA, brasileiro, comerciante, RG nº 2.507.855-0 SSP/SP, e sua mulher CESIRA DE SOUZA CUNHA, brasileira, do lar, RG nº 14.200.704 SSP/SP, inscritos em comum no CPF nº 039.960.428-68, casados no regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em São Paulo – SP. R-01 – Hipoteca – em favor de FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, para garantia da dívida no valor R\$ 146.235,60, contraída pela firma TELE BIT – ELETRÔNICA LTDA, com a última parcela vencendo em 15/06/2002. R-02 – Por Aditivo datado de 7/4/1999, expedido pelo credor Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, as partes resolveram aditar a cédula de crédito constante no R-1 para estabelecer novas condições para o pagamento do saldo devedor consolidado, apurado em 15/12/1998 (juros, multa e mora) no valor de R\$ 168.725,65, equivalentes a 22.601,94260 URTJ-01.AV-3 – Ajuizamento de Execução – Juízo de Direito do 3º Ofício do Foro Regional III – Jabaquara e Saúde, São Paulo – SP, extraída dos autos nº 3/00/023165/9 c.2.545, da Ação de Execução movida por ANILQUIMICA COMÉRCIO DE ANILINAS LTDA, em face do proprietário RAIMUNDO DE SOUZA CUNHA, qualificado e Outros, valor da dívida R\$ 109.550,28. Certidão emitida em 23/05/2025. De acordo com Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica (IPTU) em referência a inscrição nº 000004100904700 consta débito no valor de R\$ 86.317,88 mais acréscimos legais. OBS – Os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, subrogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência, conforme prevê o Art. 908 do NCPC e do Art. 130, § único do Código Tributário Nacional. As certidões referentes ao Art. 254, inciso XX, Provimento de nº 82/2020 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, serão lidas pelo Sr. Leiloeiro no ato do pregão. – Ficam os executados intimados dos Leilões por intermédio deste edital, na pessoa de seus advogados constituídos nestes autos, na forma do Art. 889, Parágrafo Único e seus incisos do CPC. Condições Gerais da Alienação: Os horários considerados neste edital são sempre os horários de Brasília/DF; Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente, no prazo de 24 horas antes do início do pregão efetuar o seu cadastro pessoal no site do Leiloeiro (www.marioricart.leil.br) e também solicitar sua habilitação para participar do leilão na modalidade online, sujeito à aprovação do leiloeiro após comprovação dos dados cadastrais pela análise da documentação exigida na forma e no prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site do Leiloeiro). Todos os lances efetuados por usuário certificado não são passíveis de arrependimento; O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do início do leilão (art. 11, da Resolução 236/2016 do CNJ). Os interessados poderão enviar seus lances previamente. Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a



Disponibilizado no D.E.: 09/06/2025
Prazo do edital: 25/06/2025

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

oportunidade de enviar novos lances (artigos 21 e 22 da Resolução 236/2016 do CNJ). De acordo com o disposto no Art. 26 da Resolução nº 236 do CNJ, “Não sendo efetuado os depósitos, serão comunicados também os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do Juiz, forma do Art.895, §4º e §5º, Art. 896, § 2º, Arts. 897 e 898, sem prejuízo da invalidação de que trata o Art. 903 do Código de Processo Civil”. Condições do Leilão - A arrematação será à vista conforme art. 892 do CPC, acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro no ato da arrematação, bem como na adjudicação ou remissão, e custas de cartório de 1% até o limite permitido por lei. O lançador que esteja representando terceiros interessados na arrematação deverá, antes de iniciado o pregão, apresentar a devida procuração, com firma reconhecida por autenticidade, e em caso de pessoa jurídica, os Estatutos da empresa outorgante. Ainda a título de esclarecimentos, o art. 358 do Código Penal, tipifica como fraude a arrematação judicial qualquer um que impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, sujeito as penas da lei. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. O preço da arrematação deverá ser depositado através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal (obtida através do site www.caixa.gov.br) ou através do escritório do leiloeiro e posteriormente enviada p/e-mail do Leiloeiro, a qual deverá comprovar o pagamento no prazo de 24 horas, bem como deverá ser depositada na conta corrente do Sr. Leiloeiro a comissão do Leilão, à vista no prazo de 24 horas do término do Leilão, através de depósito bancário, DOC, TED OU PIX; A conta corrente do Sr. Leiloeiro será informada ao arrematante através de e-mail ou contato telefônico. Decorridos os prazos sem que o(s) arrematante(s) tenha(m) realizado(s) o(s) depósito(s), tal informação será encaminhada ao juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis, assim como a perda da caução, voltando o(s) bem(ns) a novo Leilão, não sendo admitido participar o arrematante remisso. E para o conhecimento geral de todos, foi expedido este edital, que será publicado através do site de leilões online: www.mariorcart.lrl.br de acordo com o art. 887 § 2º do NCPC, e afixado no local de costume na forma da Lei, ficando os executados cientes da Hasta Pública, suprimindo assim a exigência contida na forma do Art. 889, Parágrafo Único e seus incisos do CPC. DADO E PASSADO, nesta Cidade do Rio de Janeiro, aos 03/06/2025. Eu, ALBA VALERIA PEREIRA FARIAS, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), o digitei. E eu, ANA MARTA CAMPOS NETTO DOS REYS CYSNEIROS, Diretora de Secretaria, subscrevo, autorizada pelo(a) MM. Juiz(a) Federal.

Documento eletrônico assinado por ANA MARTA CAMPOS NETTO DOS REYS CYSNEIROS, Diretora de Secretaria, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 510016272530v6 e do código CRC 339a71b4.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ANA MARTA CAMPOS NETTO DOS REYS CYSNEIROS

Data e Hora: 05/06/2025, às 12:58:15

0014072-23.2000.4.02.5101

510016272530.V6